Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações sobre a Companhia

A Randon S.A. Implementos e Participações ("Companhia"), constituída como uma "sociedade anônima" domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (RAPT3 e RAPT4) tem por objeto, a) industrialização, comércio, importação e exportação: de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e, de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo; b) participação no capital social de outras sociedades; c) administração de bens móveis e imóveis próprios; d) transporte rodoviário de cargas; e, e) prestação de serviços atinentes a seus ramos de atividades. A Companhia, com sede na Avenida Abramo Randon nº 770, Bairro Interlagos – Caxias do Sul – RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas na Argentina, Chile, México, China, Alemanha, Estados Unidos e África.

#### Aquisição da Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda

Em 31 de outubro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda das Quotas Representativas da Totalidade do Capital Social da Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda. localizada no Município de Chapecó (SC) e que atua na fabricação de implementos rodoviários. A partir de 1° de novembro de 2011, a empresa teve sua razão social alterada para Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda.

Em 31 de dezembro de 2011, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos bens adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a apuração e alocação do ágio, não haviam sido concluídos.

O valor total do negócio foi de R\$18.929, sendo registrado um ágio no montante de R\$9.903. A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 e IFRS 3.

A avaliação inicial da administração da Companhia indica que haverá diferença entre o valor justo e o valor contábil apresentado no balanço patrimonial da Folle, na data de aquisição, substancialmente no grupo do imobilizado. Abaixo segue o resumo da apuração do ágio provisório, considerando o balanço patrimonial da Folle antes dos ajustes do valor justo, em 31 de outubro de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Aquisição da Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda--Continuação

Ativo imobilizado	4.020
Outros ativos	10.018
Passivos	(5.012)
Total de ativos identificáveis líquido	9.026
(-) Valor da contraprestação	(18.929)
Ágio pago (Goodwill) (nota 12)	(9.903)

# 2. Sumário das políticas contábeis

#### 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Certos valores dos saldos patrimoniais de 2010, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados, para adequá-los às respectivas transações no exercício de 2011.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 30 de janeiro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Randon S.A. Implementos e Participações e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, apresentadas abaixo:

	Percentual de participação			
	31/12/2011		31/12	2/2010
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Randon Argentina S.A. (a)	99,96	-	99,96	-
Randon Middle East (a)	100,00	-	100,00	-
Randon Automotive Ltda. (a)	100,00	-	100,00	-
Randon Maghreb S.A.R.L. (a)	100,00	-	-	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.	99,99	-	99,99	-
Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. (b)	99,99	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	51,00	-	51,00	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	51,00	-	51,00	-
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.	22,88	27,12	22,88	27,12
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	99,57	-	99,57	-
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	99,99	-	99,99	-
Randon Investimentos Ltda.	99,99	-	99,99	-
Fras-le S.A.	45,22	-	45,22	-
Fras-le Argentina S.A. (a)	6,00	94,00	6,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	-	100,00	-	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	-	99,00	-	99,00
Fras-le Europe (a)	-	100,00	-	100,00
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda. (a)	-	100,00	-	100,00
Fras-le México S de RL de ČV (a)	-	99,66	-	99,66

<sup>(</sup>a) Sociedade controlada no exterior.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

<sup>(</sup>b) Sociedade adquirida no país em outubro de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Base de consolidação--Continuação

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

#### 2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

## Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.3 Reconhecimento de receita--Continuação

#### Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o direito de recebê-los está estabelecido.

#### 2.4 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

#### i. <u>Transações e saldos</u>

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

#### ii. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominadas na moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

#### 2.6 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.24. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

#### 2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.4i.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

<u>Produtos acabados e em elaboração</u> - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### 2.9 Cotas de consórcio

Avaliado pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.

#### 2.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.10 Investimentos

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve perda sobre investimentos de controlada.

#### 2.11 Imobilizado

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	Intervalo de vida útil
Edificações	40 a 60 anos
Instalações	20 anos
Máquinas e equipamentos	6 a 19 anos
Ferramentas	3 a 10 anos
Veículos	7 a 15 anos
Móveis e utensílios	10 a 20 anos
Equipamentos de informática	4 a 8 anos
Direito de uso de subestação de energia	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.11 Imobilizado--Continuação

#### Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

#### 2.12 Arrendamentos mercantis

#### Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados na rubrica de alugueis e leasing em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

#### 2.13 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.13 Ativos intangíveis--Continuação

	Intervalo de vida útil
Software e licenças	5 anos
Direito de uso de subestação de energia	10 anos

Em 31 de dezembro de 2011, exceto pelo ágio gerado quando da aquisição da Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda., comentada na Nota 1, a Companhia não possuía outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como ativos intangíveis gerados internamente.

#### 2.14 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário — CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 2.16 Provisões

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.16 Provisões--Continuação

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.17 Tributação

#### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

### 2.17 Tributação--Continuação

## Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliquotas	
	Controladora	Consolidado
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 17%	7% a 25%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 20%	0 % a 20%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 4%	2% a 5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.17 Tributação--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.17 Tributação--Continuação

#### Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

#### 2.18 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.19 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada — contribuição definida, (Nota 24). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

#### 2.20 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

#### 2.21 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

#### 2.22 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.23 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n° 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) — Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

# 2.24 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos derivativos. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.24 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

## Mensuração subsequente--Continuação

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.24 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

#### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 2.25 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.25 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge-Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A partir de 2010 a sua Controlada Fras-le S.A. passou a utilizar o registro de derivativos como hedge accounting, classificados na modalidade de Hedge de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, espera-se que esses *hedge*s sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar a sua efetividade ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

# 2.25 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge-Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

- A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.
- Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.
- Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

#### 2.26 Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

## 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

#### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas -- Continuação

Benefícios de Aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 11.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

# 4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas

#### 4.1 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em 2010 o Conselho do IASB emitiu um conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Abaixo destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data do balanço. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destas novas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas--Continuação

## 4.1 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010--Continuação

IFRS 3 Combinações de Negócios: As opções de mensuração disponíveis para participação minoritária (NCI) receberam emendas. Somente os itens de NCI que constituem 100% de participação corrente que outorgam ao acionista uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de dissolução da sociedade deverão ser mensurados por seu valor justo ou pela parcela proporcional dos instrumentos de participação dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os outros itens devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição. As emendas ao IFRS 3 entram em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2011.

<u>IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras</u>: Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

## 4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 2011

<u>IAS 12 Imposto de Renda - Recuperação dos Ativos Subjacentes</u>: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas--Continuação

## 4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 2011--Continuação

<u>IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração:</u> O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas: O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

<u>IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo</u>: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

# 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFI	RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	4.562	6.533	29.769	23.045
Aplicações financeiras	276.954	448.470	706.422	1.026.438
	281.516	455.003	736.191	1.049.483

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 90,0% e 105,0% (99,0% a 104,5% em 31 de dezembro de 2010) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.

# 6. Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consc	olidado
	BRG	BRGAAP		RS
Remuneração	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
102,8% a 108,0%				
do CDI	229.873	205.834	350.043	205.834
100,0% do CDI	-	-	17.916	18.189
	229.873	205.834	367.959	224.023
	102,8% a 108,0% do CDI	BRG   31/12/2011   102,8% a 108,0%   do CDI   100,0% do CDI	BRGAAP   31/12/2011   31/12/2010     102,8% a 108,0%   do CDl   229.873   205.834   100,0% do CDl   -   -	BRGAAP         IF           Remuneração         31/12/2011         31/12/2010         31/12/2011           102,8% a 108,0% do CDI         229.873         205.834         350.043           100,0% do CDI         -         -         17.916

Os vencimentos das operações acima estão programados para ocorrerem entre 90 e 330 dias.

#### 7. Contas a receber de clientes

	Contro	Controladora		olidado
	BRG	SAAP	IF	RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante:				
No País	193.677	304.868	530.434	480.045
de terceiros	170.554	231.808	530.434	480.045
parte relacionada	23.123	73.060	-	-
No exterior	48.480	35.705	112.907	81.451
de terceiros	41.493	27.225	112.907	81.451
parte relacionada	6.987	8.480	-	-
Menos:				
Vendor	(7.008)	(8.255)	(7.008)	(8.603)
Cambiais descontadas	-	-	-	(2.127)
Ajuste a valor presente	(2.501)	(1.827)	(4.242)	(4.182)
Provisão para crédito de liquidação				
duvidosa	(10.047)	(14.407)	(15.596)	(17.868)
	222.601	316.084	616.495	528.716
		-	<del></del>	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os prazos médios de recebimentos para o mercado interno são de 42 e 50 dias respectivamente, e para o mercado externo 61 e 40 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora BRGAAP		Conso	lidado
			IFR	RS
	31/12/2011 31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	(14.407)	(12.414)	(17.868)	(16.112)
Adições	(7.046)	(8.051)	(9.818)	(9.958)
Baixa / realizações	11.406	6.058	12.090	8.202
Saldo no final do exercício	(10.047)	(14.407)	(15.596)	(17.868)

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Contro	Controladora BRGAAP		olidado
	BRG			RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	164.712	237.620	484.113	399.051
De 1 a 30 dias	57.667	57.244	106.896	90.429
De 31 a 60 dias	9.673	22.652	19.316	34.035
De 61 a 90 dias	826	1.818	5.159	7.377
e 91 a 180 dias	1.968	7.561	12.574	13.550
Acima de 181 dias	7.311	13.678	15.283	17.054
Total	242.157	340.573	643.341	561.496

# 8. Estoques

	Controladora BRGAAP		Conso	lidado
			IFRS	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	61.865	22.293	184.249	103.115
Produtos em elaboração	35.796	47.237	95.044	100.546
Matérias-primas	116.552	42.796	229.732	140.819
Materiais diversos	25.239	14.906	53.304	24.453
Provisão para estoques				
obsoletos	(347)	(2.124)	(1.586)	(5.308)
Adiantamentos a				
fornecedores	1.134	2.400	6.499	5.837
Importações em andamento	2.163	4.324	24.068	11.227
	242.402	131.832	591.310	380.689

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	(2.124)	(2.330)	(5.308)	(3.832)
Adições	(374)	(516)	(3.774)	(4.746)
Recuperações/ realizações	2.151	722	7.496	3.270
Saldo no final do exercício	(347)	(2.124)	(1.586)	(5.308)

# 9. Impostos a recuperar

	Contro	oladora	Consc	olidado
	BRG	AAP	IF	RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ICMS	16.920	5.244	53.074	37.200
IPI	20.795	13.091	28.810	16.038
Imposto de renda e contribuição				
social	23.459	8.685	31.019	13.717
COFINS	10.634	10.932	23.511	23.348
PIS	2.341	2.387	5.139	5.075
Outros	70	89	27.932	18.277
Total	74.219	40.428	169.485	113.655
(-) Circulante	66.993	29.950	151.148	94.444
Não circulante	7.226	10.478	18.337	19.211

#### a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

#### b) PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança nãocumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

#### c) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Impostos a recuperar--Continuação

#### d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

# 10. Informações sobre partes relacionadas

Os saldos e transações mantidas pela Companhia com suas controladas e demais partes relacionadas são apresentadas a seguir:

		Ativo		Passivo			
	Contas a receber por vendas	Mútuo a receber (CP+LP)	Contas a pagar por compras	Adiantamentos de controladas	Mútuos a pagar (CP+LP)		
Master Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d)							
Saldo 31/12/2011	101	-	2	55	-		
Saldo 31/12/2010	448	-	-	8	=		
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.(b)							
Saldo 31/12/2011	3.826	-	5	98	-		
Saldo 31/12/2010	1.728	-	1	36	-		
Fras-le S.A.(b)							
Saldo 31/12/2011	235	-	94	-	-		
Saldo 31/12/2010	1.221	-	8	70	-		
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d)							
Saldo 31/12/2011	1.140	-	15	-	-		
Saldo 31/12/2010	3.502	-	1.854	980	-		
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b)							
Saldo 31/12/2011	16.270	-	413	95	-		
Saldo 31/12/2010	66.150	20	22.933	36	-		
Randon Brantech Implementos para o							
Transporte Ltda. (b) e (e)							
Saldo 31/12/2011	1.247	-	-	-	-		
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.(b)							
Saldo 31/12/2011	287	-	36	-	-		
Saldo 31/12/2010	-	-	-	-	12.384		
Randon Argentina S.A.(b)							
Saldo 31/12/2011	6.987	-	-	-	-		
Saldo 31/12/2010	8.480	-	-	-	-		
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b)							
Saldo 31/12/2011	17	-	-	-	-		
Saldo 31/12/2010	11	-	-	2	-		
Randon Maghreb S.A.R.L (b) e (f)							
Saldo 31/12/2011	-	149	-	-	-		
DRAMD Participações e Administração Ltda. (a)							
Saldo 31/12/2011	-	-	-	-	15.155		
Saldo 31/12/2010	-	-	-	-	44.715		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

		Ativo			Passivo		
	Contas receber venda	por	Mútuo a receber (CP+LP)	Contas a pagar por compras	Adiantamentos le controladas	Mútuos a pagar (CP+LP)	
Ravimia Corretora de Seguros Ltda.(c) Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010		<u>.</u>		<u>-</u> -	<u>-</u> -	<b>1.587</b> 1.803	
Randon Investimentos S/A (b) Saldo 31/12/2011		-	10	-	-	-	
Outras partes Relacionadas (c) Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	12	<b>2</b> -	- -	<b>97</b> 60	-	<b>12.534</b> 13.662	
Total <b>Saldo 31/12/2011</b> Saldo 31/12/2010	<b>30.23</b> 81.54		<b>159</b> 20	<b>662</b> 24.856	<b>248</b> 1.132	<b>29.276</b> 72.564	
		Tran	sações		Praz	o médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços		Despesa financeir		o Pagamento	
Master Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d) Saldo 31/12/2011	6.896	25.834	_	_	22	3	
Saldo 31/12/2010	6.197	16.839	-	-	33	4	
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b) Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	<b>32.020</b> 25.047	<b>44.179</b> 38.647	<u>-</u>	-	<b>45</b> 31	<b>4</b> 3	
Fras-le S.A.(b) Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	<b>5.164</b> 4.912	<b>1.854</b> 359	<u>-</u>	-	<b>41</b> 29	<b>7</b> 16	
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d) Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	<b>16.319</b> 15.442	<b>238.505</b> 196.453	<u>-</u>	-	<b>63</b> 71	<b>3</b> 3	
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b) Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	<b>213.725</b> 228.624	<b>43.396</b> 40.420	<u>-</u>	<u>.</u>	<b>83</b> 90	<b>2</b> 48	
Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. (b) e (e) Saldo 31/12/2011	968	.020			10		
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.(b) Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	867	-	- <b>370</b> 572	- 695	15 18	- <b>13</b> 10	
Randon Argentina S.A.(b) Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	<b>23.451</b> 16.394	- -	- -	-	48 137	- -	
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b) Saldo 31/12/2011 Saldo 31/12/2010	<b>1.132</b> 929	- -	461 -	- -	7 5	17 -	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

		Trans	Prazo médio			
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Recebimento	Pagamento
Randon Middle East.(b)						
Saldo 31/12/2011	-	1.672	-	-	-	-
Saldo 31/12/2010	-	163	-	-	-	-
Randon Automotive Ltda.(b)						
Saldo 31/12/2011	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2010	-	1.238	-	=	-	-
DRAMD Participações e Administração Ltda. (a)						
Saldo 31/12/2010	-	-	-	4.408	-	-
Ravimia Corretora de Seguros Ltda.(c)						
Saldo 31/12/2010	-	-	-	138	-	-
Fras-le Argentina S.A. (b)						
Saldo 31/12/2011	183	-	-	-	116	-
Saldo 31/12/2010	99	-	-	-	90	-
Outras partes Relacionadas (c)						
Saldo 31/12/2010	96	143	256	993	-	-
Total						
Saldo 31/12/2011	300.725	355.440	831	-		
Saldo 31/12/2010	297.740	294.262	828	6.234		

- (a) Sociedade controladora direta e final da Companhia;
- (b) Empresas controladas de forma direta e indireta pela Companhia;
- (c) Outras partes relacionadas saldos de mútuos a receber e a pagar mantidos junto a diretores, gerentes, membros do conselho de administração entre outras partes relacionadas;
- (d) As Empresas Controladas Master Sistemas Automotivos Ltda. e Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. possuem operações com seus respectivos quotistas, Arvin Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. e outras empresas do grupo empresarial Arvin Meritor;
- (e) Empresa controlada adquirida em 2011;
- (f) Empresa controlada constituída em 2011.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 as operações de vendas com as empresas do grupo Arvin Meritor atingiram o montante, na Master Sistemas Automotivos Ltda., de R\$ 153.669 (R\$ 118.183 em 31 de dezembro de 2010) e na Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. o montante de R\$ 128.103 (R\$ 83.854 em 31 de dezembro de 2010). As transações comerciais praticadas com estas partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato de associação entre as partes. O acordo comercial leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos adquiridos pelas partes relacionadas, que não são comparáveis aos vendidos para partes não relacionadas.

Nas transações comerciais com vencimentos a prazo, a Companhia utiliza como taxa de juros o Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que é a mesma taxa de referência para as transações comerciais praticadas com terceiros. Para as transações comerciais com vencimento a vista não é praticado juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

#### Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração das Empresas Randon

A Companhia definiu como pessoal chave, o conselho de administração, a diretoria estatutária, o conselho fiscal, a diretoria não estatutária da Companhia e os principais executivos das empresas controladas.

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão representados como segue:

	Contro	ladora	Conso	lidado	
	BRG	AAP	IFRS		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	17.546	14.368	28.871	23.764	
Benefícios pós emprego – contribuições para Randonprev	594	513	1.102	934	
Total	18.140	14.881	29.973	24.698	

A Companhia não pagou às suas pessoas chaves da administração, remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV – Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

A posição atuarial no final do exercício apurado com base em laudo de atuário independente encontra-se demonstrada a seguir:

	Contro	ladora	Consc	olidado
	BRG	AAP	IF	RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custo do serviço corrente	365	223	993	607
Custo dos juros	382	328	929	817
Rendimento esperado do ativo do				
plano	(840)	(679)	(2.039)	(1.692)
Total	(93)	(128)	(117)	(268)
(Ganho) perda no valor presente				
das obrigações	(643)	226	(1.712)	208
Perda no valor justo dos ativos	384	99	993	890
Variação do limite	897	(371)	2.009	(1.011)
Valor reconhecido imediatamente	638	(46)	1.290	87

A movimentação atuarial reconhecida no balanço patrimonial pode ser demonstrada como seque:

		oladora BAAP	Consolidado IFRS			
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		
Ativo no início do exercício	2.196	1.698	5.241	4.233		
Receita do exercício Contribuições reais da	93	128	117	268		
Companhia Reconhecimento imediato via outros resultados	350	324	963	827		
abrangentes (bruto)	(638)	46	(1.290)	(87)		
Ativo a ser reconhecido no final do exercício	2.001	2.196	5.031	5.241		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários-Continuação

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial pode ser demonstrado como segue:

	Contro	oladora	Consc	olidado
	BRG	AAP	IF	RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações parcialmente ou totalmente				
cobertas	(3.772)	(3.842)	(9.156)	(9.165)
Valor justo dos ativos	7.470	6.839	18.132	16.316
Ativo a ser reconhecido no				
balanço antes do ajuste	3.698	2.997	8.976	7.151
Ajuste devido				
•	(1.697)	(801)	(3.945)	(1.910)
Ativo a ser reconhecido no balanço após ajuste	2.001	2.196	5.031	5.241

O montante de funcionários ativos no plano de pensão Randonprev em 31 de dezembro de 2011 era de 12.136 participantes, estando 105 usufruindo o benefício.

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são conforme seque:

	31/12/2011	31/12/2010
	%	%
Taxa de desconto em 31 de dezembro	10,29 a.a.	10,31 a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,67 a.a.	12,24 a.a.
Taxa de crescimento salarial	7,64 a.a.	7,64 a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios	4,50 a.a.	4,50 a.a.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente.

A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Investimentos

# Composição dos saldos

	Contro	ladora	Conso	lidado		
	BRG	AAP	IFRS			
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		
Participação em empresas controladas	817.196	663.283	-	-		
Participação de outras empresas nas controladas	-	-	71.308	58.994		
Lucro não realizado nos estoques	(1.124)	(213)	-	-		
Outros investimentos	1.305	1.526	2.396	2.277		
Ágio na aquisição de investimento (Nota 1) Provisão para desvalorização dos investimentos	9.903	-	-	-		
mantidos ao custo	(883)	(883)	(1.514)	(1.514)		
	826.397	663.713	72.190	59.757		
·						

# Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Contro	ladora	Conso	lidado
	BRG	AAP	IFI	RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldos no início do exercício	663.713	521.128	59.757	44.557
Adições	80.165	55.288	12.830	16.163
Ágio na aquisição de investimentos	9.903	-		
Equivalência patrimonial	142.481	144.881	-	-
Variação cambial das investidas	2.142	(614)	-	-
Passivo a descoberto	15	` -	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos				
recebidos	(69.909)	(56.576)	-	-
Baixas	(221)	-	(397)	(963)
Lucro não realizado nos estoques	(911)	(410)	` -	` -
Resultado abrangente sobre investidas	(981)	16	-	-
Saldos no final do exercício	826.397	663.713	72.190	59.757

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Investimentos--Continuação

# Movimentação dos saldos

	Fras-le S.A.	Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Randon Investimentos Ltda.	Randon Middle East	Randon Automotive Ltda.	Randon Maghreb S.A.R.L.	Fras-le Argentina S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro															
de 2010 - Aumento de participação	146.642	51.337	134.728	25.735	140.827	45.666	-	7.422	86.362	23.980	183	79	-	322	663.283
societária	-	-	-	-	-	-	9.026	8.338	50.000	12.500	-	-	5	296	80.165
<ul> <li>Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos</li> </ul>	(8.544)	(11.540)	(31.877)	(10.965)	-	(6.805)	-	-	-	-	-	-	-	(178)	(69.909)
- Ajustes de avaliação	1 100							995			22	(46)	(4)	35	2.442
patrimonial - Resultados abrangentes	1.109 (975)	(1)	(2)	(5)	(6)	9	-	995	(1)	-	23	(16)	(4)	35 -	2.142 (981)
<ul> <li>Equivalência patrimonial</li> </ul>	19.398	22.072	53.163	12.901	33.730	9.439	195	1.559	(8.799)	(1.241)	(119)	(11)	(16)	210	142.481
<ul> <li>Passivo a descoberto de controlada</li> </ul>		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	15
Saldos em 31 de dezembro de 2011	157.630	61.868	156.012	27.666	174.551	48.309	9.221	18.314	127.562	35.239	87	52	-	685	817.196

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Investimentos--Continuação

#### Informações das investidas

	Fras-le S.A.	Suspensys Sistemas Automotivos	Master Sistemas Automotivos	Jost Brasil Sistemas Automotivos	Randon Implementos para o Transporte	Randon Administradora de Consórcios	Transporte	Randon Argentina		Investimentos		Randon Automotive	Randon Maghreb	Fras-le Argentina		
	(*)	Ltda. (*)	Ltda. (*)	Ltda. (*)	Ltda.	Ltda.	Ltda	S.A.	Ltda.(*)	Ltda	Middle East	Ltda.	S.A.R.L	S.A.	Contro	
															31/12/2011	31/12/2010
Capital social Quantidade total de ações ou quotas da investida (em lotes de mil)	170.000	110.000	160.000	5.690	100.000	25.000	8.856	2.593	170.000	37.501	70	49	5	6.147		
- Ordinárias	66.174	-	_	_	-	-	-	4.884	-	_	_	-	-	14.099		
- Preferenciais	36.207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
<ul> <li>Quotas</li> <li>Participação no capital social, no final</li> </ul>	-	100.000	160.000	5.690	100.000	25.000	8.856	-	170.000	37.501	-	210	100	-		
do exercício - % Patrimônio líquido	45,22	22,88	51,00	51,00	99,99	99,57	99,99	99,96	99,99	99,99	100,00	100,00	100,00	6,00		
ajustado Lucro líquido (prejuízo)	350.218	274.791	306.576	55.884	174.569	48.518	9.222	18.321	127.908	35.239	87	52	(15)	11.410		
do exercício Ajustes de avaliação	44.036	99.566	104.533	24.107	33.733	9.479	195	1.794	(8.476)	(1.244)	(119)	(10)	(16)	3.495		
patrimonial	1.109	-	-	-	-	-		995	-	-	23	(16)	(4)	35	2.142	(614)
Equivalência patrimonial	19.398	22.072	53.163	12.901	33.730	9.439	195	1.559	(8.799)	(1.241)	(119)	(11)	(16)	210	142.481	144.881
Valor do investimento	157.630	61.868	156.012	27.666	174.551	48.309	9.221	18.314	127.562	35.239	87	52	•	685	817.196	663.283

<sup>(\*)</sup> Exclui lucros não realizados nos estoques: Fras-le S.A. (R\$ 746), Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 1.007), Master Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 341), Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (R\$ 835) e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. (R\$ 336).

### Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos

Até 31 de dezembro de 2011 a Companhia recebeu de controladas juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 21.203 (R\$ 17.791 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia recebeu dividendos de controladas no valor de R\$ 48.706 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 38.785 em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Imobilizado

# Controladora

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31/12/2009	257.752	192.953	6.855	7.314	13.582	23.144	2.510	504.110
Aquisições	11.456	16.681	1.210	1.361	1.650	29.736	5.461	67.555
Baixas	(914)	(204)	(19)	(206)	(1.105)	(8)	(997)	(3.453)
Transferências	-	6.641	-	-	91	(1.033)	(5.699)	-
Saldos em 31/12/2010	268.294	216.071	8.046	8.469	14.218	51.839	1.275	568.212
Aquisições	26.884	14.996	1.382	2.177	2.506	12.046	5.461	65.452
Baixas	-	(635)	(64)	(471)	(491)	-	-	(1.661)
Transferências	55.836	12.086	137	24	201	(62.661)	(5.756)	(133)
Saldos em 31/12/2011	351.014	242.518	9.501	10.199	16.434	1.224	980	631.870

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Imobilizado--Continuação

# Controladora -- Continuação

Depreciação e perda do valor Recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31/12/2009	(29.626)	(59.869)	(3.982)	(4.937)	(7.986)	-	-	(106.400)
Depreciação	(4.197)	(16.960)	(466)	(926)	(892)	-	-	(23.441)
Baixas	36	238	23	107	548	-	-	952
Saldos em 31/12/2010	(33.787)	(76.591)	(4.425)	(5.756)	(8.330)	-	-	(128.889)
Depreciação	(4.567)	(18.012)	(562)	(1.467)	(1.080)	-	-	(25.688)
Baixas	-	316	52	306	128	-	-	802
Saldos em 31/12/2011	(38.354)	(94.287)	(4.935)	(6.917)	(9.282)	-	-	(153.775)
Valor residual líquido								
Saldos em 31/12/2010	234.507	139.480	3.621	2.713	5.888	51.839	1.275	439.323
Saldos em 31/12/2011	312.660	148.231	4.566	3.282	7.152	1.224	980	478.095

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Imobilizado--Continuação

### Consolidado

Custo do imobilizado Bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31/12/2009	528.368	846.662	25.444	19.029	20.977	60.802	3.556	1.504.838
Aquisições, líquidas da								
variação cambial	14.915	46.960	6.123	3.014	2.736	57.454	10.635	141.837
Baixas	(559)	(3.980)	(299)	(658)	(1.969)	(8)	(1.015)	(8.488)
Transferências	24.556	20.093	227	72	(140)	(38.704)	(5.936)	168
Saldos em 31/12/2010	567.280	909.735	31.495	21.457	21.604	79.544	7.240	1.638.355
Aquisições	34.748	56.096	4.989	5.317	3.545	51.019	13.710	169.424
Baixas	(1.653)	(6.817)	(523)	(1.187)	(1.180)	-	-	(11.360)
Transferências	81.761	42.344	(298)	124	583	(107.999)	(16.595)	(80)
Variação Cambial	196	1.922	290	9	(121)	(64)	-	2.232
Saldo de abertura aquisição	1.405	1.688	20	79	83	1.623	-	4.898
Saldos em 31/12/2011	683.737	1.004.968	35.973	25.799	24.514	24.123	4.355	1.803.469

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Imobilizado--Continuação

# Consolidado--Continuação

Depreciação e perda do valor Recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31/12/2009	(56.805)	(376.068)	(14.362)	(13.905)	(12.066)	andamento	-	(473.206)
	,	'	` ,	` ,	,	-		'
Depreciação	(9.985)	(60.521)	(2.074)	(2.277)	(1.343)	-	-	(76.200)
Baixas	9	2.461	239	525	1.148	-	-	4.382
Variação cambial	83	633	(413)	26	(11)	-	-	318
Saldos em 31/12/2010	(66.698)	(433.495)	(16.610)	(15.631)	(12.272)	-	-	(544.706)
Depreciação	(11.370)	(63.716)	(2.481)	(2.897)	(1.706)	-	-	(82.170)
Baixas	7	6.099	372	882	661	-	-	8.021
Transferência	(6.449)	6.229	328	(1)	(162)	-	-	(55)
Variação cambial	` (181)	(329)	234	(41)	` 12 <sup>′</sup>	_	-	(305)
Saldo de abertura aquisição	(223)	(558)	(9)	(48)	(43)			(881)
Saldos em 31/12/2011	(84.914)	(485.770)	(18.166)	(17.736)	(13.510)	-	-	(620.096)
Valor residual líquido								
Saldos em 31/12/2010	500.582	476.240	14.885	5.826	9.332	79.544	7.240	1.093.649
Saldos em 31/12/2011	598.823	519.198	17.807	8.063	11.004	24.123	4.355	1.183.373

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Imobilizado--Continuação

#### Custos de empréstimos capitalizados

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos em 2012.

	BRG	AAP	IFF	RS
-	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Construções e benfeitorias em imóveis Fabricação e instalação de máquinas e	1.224	45.716	3.439	57.839
equipamentos	-	2.972	19.382	14.673
Fabricação de ferramentas	-	3.151	1.302	7.032
· 	1.224	51.839	24.123	79.544

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 2.799 (R\$ 1.366 em 31 de dezembro de 2010), na controladora e de R\$ 4.135 (R\$ 1.967 em 31 de dezembro de 2010) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,61% a.m., que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

#### Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 3.242 (R\$ 3.794 em 31 de dezembro de 2010). Não houve adições ao imobilizado durante o exercício de itens sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro.

Terrenos com valor contábil de R\$ 78.546 (R\$ 78.546 em 31 de dezembro de 2010) estão sujeitos à hipoteca de primeiro grau como garantia de dois empréstimos bancários da Companhia (Nota 16).

Os ativos em construção serão registrados como "terrenos e prédios" após finalização da construção.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados desta poderiam estar acima do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Intangível

# Controladora

	Marcas e	Intangível	Software e	
Custo ou avaliação	patentes	em andamento	licenças	Total
Saldo em 31/12/2009	202	8.200	12.020	20.422
Aquisições	-	18.245	1.495	19.740
Baixas	-	(4.432)	-	(4.432)
Saldo em 31/12/2010	202	22.013	13.515	35.730
Aquisições	-	29.084	2.226	31.310
Transferências	-	-	133	133
Saldo em 31/12/2011	202	51.097	15.874	67.173
Amortização e perda do valor Recuperável				
Saldo em 31/12/2009	-	-	(7.337)	(7.337)
Amortização		-	(2.122)	(2.122)
Saldo em 31/12/2010	-	-	(9.459)	(9.459)
Amortização		-	(1.652)	(1.652)
Saldo em 31/12/2011		-	(11.111)	(11.111)
Valor residual líquido				
Saldo em 31/12/2010	202	22.013	4.056	26.271
Saldo em 31/12/2011	202	51.097	4.763	56.062

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Intangível--Continuação

# Consolidado

	Marcas e	Intangível em	Software	Direito de uso		
Custo ou avaliação	patentes	andamento	e licenças	de subestação de energia	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2009	223	8.290	29.833	11.395	-	49.741
Aquisições	-	38.875	4.177	1.146	-	44.198
Baixas	-	(4.432)	(983)	-	-	(5.415)
Transferências	-	20	(474)	279	-	(175)
Variação cambial	-	-	(30)	-	-	(30)
Saldo em 31/12/2010	223	42.753	32.523	12.820	-	88.319
Aquisições	4	58.094	3.374	930	9.903	72.305
Baixas	-	-	(66)	-	-	(66)
Transferências	-	(112)	192	-	-	80
Variação cambial	-	` -	(28)	-	-	(28)
Saldo em 31/12/2011	227	100.735	35.995	13.750	9.903	160.610
Amortização e perda do valor recuperável						
Saldo em 31/12/2009	-	-	(18.444)	-	-	(18.444)
Amortização	-	-	(4.673)	(1.231)	-	`(5.904)
Baixas	-	-	1.063		-	1.063 <sup>°</sup>
Variação cambial	-	-	25	-	-	25
Saldo em 31/12/2010	-	-	(22.029)	(1.231)	-	(23.260)
Amortização	-	-	(3.917)	(1.376)	-	(5.293)
Baixas	-	-	21	-	-	21
Transferências	-	-	55	-	-	55
Variação cambial		-	(16)	-	-	(16)
Saldo em 31/12/2011	-	-	(25.886)	(2.607)	-	(28.493)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2010	223	42.753	10.494	11.589	-	65.059
Saldo em 31/12/2011	227	100.735	10.109	11.143	9.903	132.117

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Intangível--Continuação

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos e direitos de uso de subestação de energia, amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

O direito de uso de subestação de energia no consolidado representa os gastos relativos à implantação de um ponto de conexão (subestação de energia elétrica), construída por sua controlada direta Castertech Fundição e Tecnologia Ltda., com base no Termo de Compromisso firmado com a CEEE-GT em 29 de novembro de 2009, visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das suas atividades industriais na captação de energia elétrica. O ativo está sendo amortizado pelo tempo de recuperabilidade do investimento estimado em 10 anos.

O intangível em andamento refere-se à gastos com desenvolvimento com novo sistema operacional, com previsão inicial de entrada em operação a partir de janeiro de 2012.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

# 15. Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

O quadro a seguir demonstra, nas datas base de 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

#### Controladora:

Passivo		31/12/2011			31/12/2010	Depósito Judicial		
contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2011	2010
a) cível	588	296	320	847	390	327	13	5
b) tributário	1.400	30.220	36.304	-	18.022	34.694	285	285
c) trabalhista	2.588	1.653	720	3.352	1.808	214	58	218
d) previdenciário	270	-	-	2.401	-	-	377	931
Total:	4.846	32.169	37.344	6.600	20.220	35.235	733	1.439

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Provisão para litígios--Continuação

#### Consolidado:

Passivo	31/12/2011				31/12/2010	Depósito Judicial		
contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2011	2010
a) cível	753	2.469	2.673	1.911	1.972	2.497	13	60
b) tributário	1.693	73.405	210.043	5.131	50.206	194.869	6.823	6.337
c) trabalhista	4.984	8.297	1.933	3.685	8.452	1.291	408	808
d) previdenciário	5.013	9.088	-	3.526	9.165	-	2.412	2.454
Subtotal:	12.443	93.259	214.649	14.253	69.795	198.657	9.656	9.659

Cível – Trata-se de ações de cobrança que têm por objeto a discussão quanto à obrigação de pagar contribuição sindical com base na CLT art. 578, sendo um processo movido contra a Companhia e os demais movidos contra sociedades controladas, as quais foram incorporadas.

*Tributário* – Representado por autuações federais e estaduais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a) <u>COFINS</u> A Companhia foi autuada pela Receita Federal no valor atualizado de R\$ 8.714 pela compensação do COFINS com FINSOCIAL. Os créditos já foram compensados e a Companhia está buscando judicialmente o reconhecimento de tais compensações. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia.
- b) <u>Compensação com base no saldo negativo de IRPJ e CSLL</u> A Companhia foi autuada pela Receita Federal no valor atualizado de R\$ 12.503, relativo ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de IRPJ e CSLL, com débitos de IRPJ e CSLL estimados, referentes ao período em que foram efetuadas operações societárias de incorporação e cisão parcial. Aguardando julgamento de embargos de declaração interpostos pela Companhia.
- c) Exclusão de ICMS da Base de Cálculo PIS/FINSOCIAL A Companhia foi autuada pela Receita Federal no valor atualizado de R\$ 17.094, por compensação realizada e não homologada, derivada de créditos obtidos em processo judicial. Aguardando julgamento, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, de Embargos de Declaração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado--Continuação

Tributário--Continuação

- d) <u>IRPJ e CSLL</u> A Companhia foi autuada pela Receita Federal no valor de R\$ 5.935, relativamente a suposto débito de IRPJ e CSLL decorrente de benefício fiscal relativo a crédito de juros sobre o capital próprio pago aos acionistas, apurado em valor excedente ao limite legal no ano calendário de 2007. O excesso refere-se a juros sobre o capital próprio reconhecidos no exercício de 2007, relativo ao ano base de 2003. Aguardando julgamento de Recurso.
- e) <a href="IRPJ">IRPJ</a> A Companhia foi autuada pela Receita Federal no valor atualizado de R\$ 4.065, referente à cobrança de débito em razão da não-homologação de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ, apurado no ano-calendário de 2004, com IRPJ apurado por estimativa no mês de fevereiro de 2005. Aguardando julgamento de manifestação de inconformidade.
- f) <u>IPI</u> A Companhia foi autuada pela Receita Federal no valor atualizado de R\$ 3.764, relativamente a não-homologação de compensações de Impostos Federais referente à compra de créditos de terceiros. Aguardando julgamento de manifestação de inconformidade.
- g) <u>PIS e COFINS</u> A Companhia apresentou manifestação de Inconformidade contra o despacho decisório, que deferiu parcialmente pedido de compensação de créditos de PIS e COFINS reconhecido por decisão transitada em julgado. O valor atualizado do débito é R\$ 648. Aguardando julgamento do recurso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- h) <u>Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</u> A controlada Fras-le S.A. foi autuada no valor de R\$ 10.528, pela Receita Federal do Brasil referente à não adição na receita bruta para fins da base de cálculo da receita líquida, do crédito de exportação a título de IPI.
- i) Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte – A controlada Fras-le S.A. foi autuada no valor atualizado de R\$ 98.384 e a controlada Master Sistemas Automotivos Ltda. no valor atualizado de R\$ 5.331, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agenciamento de vendas e serviços. Os processos estão em andamento na esfera administrativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado--Continuação

Tributário--Continuação

- j) <u>Imposto de Renda e Contribuição Social</u> A controlada Fras-le S.A. retificou as declarações de rendimentos dos anos base de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e parcelas a título de gastos com assessoria externa. A Receita Federal glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O valor atualizado do processo é de R\$ 5.626. Os processos estão em andamento na esfera administrativa.
- k) <u>IPI, PIS, COFINS</u> A controlada Fras-le S.A. retificou as declarações de rendimentos dos anos base de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor atualizado do processo é R\$ 14.243.
- Imposto de Importação A controlada Fras-le S.A. foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96, no valor de R\$ 7.116. A controlada apresentou impugnação, suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.
- m) <u>IPI</u> A controlada Fras-le S.A. foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro a setembro de 1997 no valor atualizado de R\$ 4.600. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado--Continuação

Tributário--Continuação

- n) Imposto de Renda e Contribuição Social A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos retenção realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 1.693.
- o) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) A controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, no valor total de R\$ 7.801, decorrente de alegada irregularidade na determinação do benefício de redução de ICMS através do programa FUNDOPEM/Nosso Emprego. O valor inclui principal, multa e juros. Em 24 de janeiro de 2007, como resultado da impugnação apresentada pela Empresa, os cálculos do débito foram refeitos pela autoridade fiscal. O valor da causa foi reduzido no exercício de 2008 em razão da sentença de ação anulatória realizada pela Empresa, sendo o novo valor atribuído a mesma de R\$ 2.277. Em dezembro de 2010, a autoridade autuante converteu a multa de ofício, inicialmente tipificada como básica, aplicada no percentual de 60%, para multa qualificada no percentual de 120%, gerando assim uma autuação complementar no valor de R\$ 415. A controlada apresentou impugnação tempestivamente.
- p) <u>II e IPI</u> Refere-se a autuações emitidas pela Receita Federal contra controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda., no valor total atualizado de R\$ 7.677, Master Sistemas Automotivos, no valor de R\$ 1.396, sob a alegação de débito de II e IPI, relativo a atos concessórios previstos no regime especial do *Drawback*. Aguardando prova pericial.
- q) <u>Crédito presumido de IPI</u> Refere-se a notificações emitidas pela Receita Federal contra a controlada Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor total de R\$ 1.475, através das quais o fisco indeferiu o pedido de ressarcimento de crédito presumido feito pela Empresa e solicitou o pagamento do imposto correspondente. O valor inclui principal, multa e juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado--Continuação

Tributário--Continuação

r) Crédito presumido de ICMS sobre a compra de aço – Refere-se a autuações emitidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul contra as controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor de R\$ 6.328, Jost Sistemas Automotivos Ltda., no valor de R\$ 1.255, Fras-le S.A., no valor de R\$ 2.064 e Suspensys Sistemas Automotivos Ltda, no valor de R\$ 3.539, através das quais o fisco constatou adjudicação do beneficio fiscal em montante superior ao permitido pela legislação. Os processos estão aguardando julgamento de recursos junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais.

*Trabalhista* – diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios;

Previdenciário – autuações do INSS que se encontram em julgamento no TRF, avaliadas com probabilidade de perda possível, cujo valor atualizado na causa da controlada Master Sistemas Automotivos Ltda. é R\$ 695.

Autuações do INSS que se encontram em fase de julgamento na Receita Federal, avaliadas com probabilidade de perda possível, cujos valores atualizados na causa da controlada Suspensys Sistemas Automotivos é R\$ 4.682, na controlada Master Sistemas Automotivos é R\$ 1.535 e na controlada Jost Sistemas Automotivos é de R\$ 881.

O demonstrativo, nas datas base de 31 de dezembro de 2011 e 2010, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado:

Ativo		31/12/2011			31/12/2010	
Contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
•						
(a) Cível	8.153	4.055	718	7.678	4.055	719
(b) Previdenciário	125	-	2.412	114	-	92
(c) Tributário	1.184	9.512	1.298	1.204	9.305	1.285
Total	9.462	13.567	4.428	8.996	13.360	2.096

(a) <u>Cível</u> – trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança), os quais já têm provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso, terá sua provisão revertida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado--Continuação

Previdenciário--Continuação

- (b) <u>Tributário</u> representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.
- (c) Previdenciário tratam-se de ações em que a Companhia e suas controladas buscam a redução das alíquotas relativas à contribuição para o Seguro de Acidente de Trabalho, em face dos enquadramentos de risco acidentário expedidos pelo Poder Executivo e ações que buscam a desobrigação da Companhia em relação à majoração da alíquota da Contribuição Social em favor do INSS, de 15% para 20%.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

#### Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

#### Controladora

	Saldo em			Saldo em			Saldo em
	31/12/2009	Adição	Exclusão	31/12/2010	Adição	Exclusão	31/12/2011
Cíveis	639	481	(273)	847	-	(259)	588
Trabalhistas	2.546	806	` -	3.352	-	(764)	2.588
Tributárias	-	-	-	-	2.000	(600)	1.400
Previdenciário	2.916	630	(1.145)	2.401	-	(2.131)	270
	6.101	1.917	(1.418)	6.600	2.000	(3.754)	4.846

#### Consolidado

	Saldo em			Saldo em			Saldo em
	31/12/2009	Adição	Exclusão	31/12/2010	Adição	Exclusão	31/12/2011
Cíveis	874	1.310	(273)	1.911	166	(1.324)	753
Trabalhistas	3.376	1.120	(811)	3.685	2.167	` (868 <b>)</b>	4.984
Tributárias	4.870	720	(459)	5.131	3.488	(6.926)	1.693
Previdenciário	3.628	1.043	(1.145)	3.526	4.548	(3.061)	5.013
	12.748	4.193	(2.688)	14.253	10.369	(12.179)	12.443

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Financiamentos e empréstimos

					oladora	Consolidado		
					AAP		RS	
	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Circulante								
Moeda nacional:								
FINAME	TJLP	5,0% a.a.	15/12/2016	-	-	7.473	12	
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/12/2018	14.186	7.869	27.488	22.615	
Contratos de arrendamento								
mercantil	CDI	0,1% a 1,6% a.m.	14/08/2011	-	165	-	169	
Incentivo fiscal - Fundopem	IPCA	3,0% a 4,0% a.a.	28/02/2021	-	181	-	181	
BNDES	URTJLP / TJLP	2,0% a 4,5% a.a.	16/01/2018	38.122	16.465	74.093	51.030	
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 9,0% a.a.	15/11/2013	177.966	192.049	301.598	249.361	
Moeda estrangeira: Adiantamentos de								
contratos de câmbio de pré-pagamento de								
exportação de	Variação cambial +							
US\$ 21.099 mil	Libor	0,8% a 1,8% a.a.	05/11/2012	_	6.563	39.578	32.605	
Financiamento de	Variação cambial +	0,070 a 1,070 a.a.	00/11/2012		0.000	00.070	02.000	
US\$ 9.205 mil	Libor	2,0% a 5,7% a.a.	15/10/2017	3.566	2.316	17.267	18.763	
Empréstimo de capital								
de giro de US\$ 1.400mil	Badlar	9,7% a.a.	30/06/2016	-	-	2.626	6.423	
	UMBNDES / Variação							
BNDES	Cambial	1,9% a 2,5 % a.a.	15/01/2015	1.541	1.455	3.926	5.664	
BINDES	Carribiai	1,370 a 2,3 70 a.a.	13/01/2013	235.381	227.063	474.049	386.823	
NIT I -				233.301	227.003	777.073	300.023	
Não circulante								
Moeda nacional:	= 5	= 00/	4=44040040					
FINAME	TJLP	5,0% a.a.	15/12/2016		-	22.896	-	
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/12/2018	61.092	41.732	100.166	75.576	
Incentivo fiscal –	1004		00/00/0004					
Fundopem	IPCA	3,0% a 4,0% a.a.	28/02/2021	<del>-</del>	535	51.568	26.986	
BNDES	URTJLP / TJLP	2,0% a 4,5% a.a.	16/01/2018	123.107	95.073	212.900	206.540	
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 9,0% a.a.	15/11/2013	340.318	361.360	500.977	548.411	
Moeda estrangeira:								
Adiantamentos de								
contratos de câmbio de								
pré-pagamento de	Variação cambial +							
exportação.	Libor	0,8% a 1,8% a.a.	05/11/2012	-	1.041	-	1.041	
Financiamento de	Variação cambial +							
US\$ 51.479 mil	Libor	2,0% a 5,7% a.a.	15/10/2017	36.268	38.485	96.564	59.827	
	Liboi	2,070 a 0,170 a.a.	10/10/2017	00.200	30.400	00.004	00.0Z1	
Empréstimo de capital de								
giro de US\$ 9.161mil	Badlar	9,7% a.a.	30/06/2016	-	-	17.184	10.220	
	UMBNDES / Variação							
BNDES	Cambial	1,9% a 2,5 % a.a.	15/01/2015	3.184	10.398	7.384	27.898	
2.1220	Janibiai	.,070 a <u>-</u> ,0 70 a.a.	10/01/2010	563.969	548.624	1.009.639	956.499	
Total de empréstimos				303.303	340.024	1.003.033	330.433	
sujeitos a juros				799.350	775.687	1.483.688	1.343.322	
Sujeitos a juros				199.330	110.001	1.403.000	1.343.322	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Financiamentos e empréstimos--Continuação

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 248.852 (R\$ 234.971 em 31 de dezembro de 2010), hipoteca no valor de R\$ 20.829 (R\$ 20.829 em 31 de dezembro de 2010); bens dados em garantia e propriedade fiduciária no valor de R\$ 70.603 (R\$ 54.867em 31 de dezembro de 2010); notas promissórias e carta fiança no valor de R\$ 85.265 (R\$ 66.595 em 31 de dezembro de 2010).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, e os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2011 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

#### Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros entre 3% a.a. e 4% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado é no valor de R\$ 68.468 (R\$ 86.747 em 31 de dezembro de 2010).

Para incremento de valor financiado a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal;
- b) ICMS incremental mensal:
- c) Número de empregos diretos incrementais.

A Companhia classifica esta operação como um financiamento para capital de giro, com juros e prazos subsidiados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# **16. Financiamentos e empréstimos**--Continuação

#### Fundopem/RS - Nosso Emprego

A controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. obteve do governo do Estado do Rio Grande do Sul, incentivo fiscal vinculado à geração de empregos, denominado Fundopem Nosso Emprego, em agosto de 1998, encerrado em novembro de 2010.

A Empresa calculou o valor do benefício de acordo com regras especificadas no protocolo 18/98, na Lei nº 11.028/97 e demais legislações pertinentes, como a Resolução Normativa nº 40/97. A estrutura do cálculo foi baseada na Instrução Normativa DRP nº 45/98, título 1, capitulo V, item 6.0. A planilha utilizada para o cálculo era submetida mensalmente à análise do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP).

Seguindo orientações da Lei nº 11.638/07 e CPC 07, a controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda., registrou até o seu encerramento ocorrido em 30 de novembro de 2010, a título de incentivo o montante de R\$ 11.762.

# 17. Capital social e reservas

#### Ações autorizadas

	31/12/2011	31/12/2010
Ações ordinárias	90.000	90.000
Ações preferenciais	180.000	180.000
	270.000	270.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Capital social e reservas--Continuação

#### Ações autorizadas--Continuação

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 08 de abril de 2010, deliberou e aprovou o aumento do capital social de R\$ 406.000 para R\$ 730.000, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva de Investimento e Capital de Giro, com a emissão de ações bonificadas, cabendo aos acionistas uma ação nova para cada 2 ações possuídas na data da referida assembleia.

#### Ações emitidas e totalmente integralizadas

	Ordinárias		Preference	ciais	
	Em milhares R\$000		Em milhares	R\$000	
Em 31 de dezembro de 2009	54.592	136.377	107.931	269.623	
Emitidas em 2010	27.296	108.833	53.966	215.167	
Em 31 de dezembro de 2010	81.888	245.210	161.897	484.790	
Em 31 de dezembro de 2011	81.888	245.210	161.897	484.790	

#### Ações em tesouraria

	Em milhares	R\$000
Em 31 de dezembro de 2009	1.837	(22.071)
Bonificação em 2010	919	-
Em 31 de dezembro de 2010	2.756	(22.071)
Em 31 de dezembro de 2011	2.756	(22.071)

Ainda, nesta mesma AGE de 8 de abril de 2010, foi aprovada a bonificação de ações em tesouraria, na proporção de 50%. Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria foi acrescida de 918.740 ações preferenciais, totalizando 2.756.221 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2010.

O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 23.481 (R\$33.874 em 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Capital social e reservas--Continuação

#### Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Capital social e reservas--Continuação

### Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

				Ajuste avaliação pat			
	Reserva de reavaliação	Custo atribuído ao imobilizado	Custo atribuído ao ativo biológico	Variação cambial de investimentos no exterior	Hedge accounting	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009 Adições (baixas) no exercício	5.612 (45)	124.223 (5.679)	1.357 (77)	(870) (614)	- 124	1.743 (78)	132.065 (6.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições (baixas) no exercício	5.567 (45)	118.544 (5.270)	1.280 (124)	(1.484) 2.142	124 (796)	1.665 (606)	125.696 (4.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.522	113.274	1.156	658	(672)	1.059	120.997

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Capital social e reservas--Continuação

Outros resultados abrangentes--Continuação

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora, para fins de integralização do capital social nas controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., em 29 de setembro de 2006, e Castertech Tecnologia e Fundição Ltda. em 01 de setembro de 2006, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada.

A Companhia optou por manter os saldos de reservas de reavaliação, e sua respectiva realização através da depreciação dos bens reavaliados, conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.152/2009.

Reserva para ajuste do custo atribuído ao imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo imobilizado e ICPC 10, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Reserva para ajuste do custo atribuído do ativo biológico

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo de área de reflorestamento mantido pela Companhia conforme pronunciamento técnico CPC 29 – Ativos Biológicos, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Ajuste de avaliação patrimonial

Representada pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior conforme o pronunciamento técnico CPC 02R — Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, e pelo registro do valor justo da parcela eficaz de operações de hedge de fluxo sobre investimentos em operações de exportação, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício à funcionários conforme o pronunciamento técnico CPC33 - Benefício a Empregados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

#### Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, proporcionalmente à participação no capital social em caso de eventual liquidação da Companhia e, ainda, direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nos termos do art. 254-A da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

Lucro líquido do exercício Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	31/12/2011 269.149 5.394	31/12/2010 249.493 (1.491)
Lucro líquido do exercício ajustado Reserva legal (5%) (+) Realização de reserva de reavaliação Lucro base para distribuição	274.543 (13.727) 45 260.861	248.002 (12.400) 45 235.647
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	78.258	70.694
Juros sobre capital próprio Imposto de renda (15%) Dividendos complementares Total dos dividendos mínimos propostos pela administração	62.700 (9.404) 24.962 78.258	52.523 (7.879) 26.050 70.694

O valor de juros sobre o capital próprio integra a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Deliberação da Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

A Administração da sociedade proporá pagar os dividendos propostos em 2011, 11 dias após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos propostos pela Administração representam um dividendo equivalente a R\$ 0,10 por ação ordinária e R\$ 0,10 por ação preferencial.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2011 como obrigações legais (provisões no passivo circulante).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos--Continuação

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou/creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 62.700 (R\$ 52.523 em 31 de dezembro 2010) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 21.318, (R\$ 17.858 em 31 de dezembro de 2010) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

# 19. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Lucro por ação--Continuação

	31/12/2011		31/12/2010	
	Ordinárias Preferenciais		Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido do exercício	91.442	177.707	84.856	164.897
Média ponderada de ações emitidas (em milhares) Lucro por ação – básico e diluído	81.888 1,12	159.141 1,12	81.888 1,04	159.141 1,04

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

# 20. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS	
	31/12/2011 31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de Imposto de renda e contribuição social correntes	(39.408)	(35.501)	(148.392)	(134.167)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças Temporárias	(2.940)	4.806	8.912	21.538
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração				
do resultado	(42.348)	(30.695)	(139.480)	(112.629)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 20. Impostos sobre o lucro--Continuação

	Controladora BRGAAP		Consc	lidado
			IF	RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Demonstração consolidada do resultado abrangente				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Ajuste de Avaliação Atuarial – Randonprev	217	(16)	217	(16)
Resultado abrangente nas controladas	505	(8)	505	(8)
	722	(24)	722	(24)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRG	AAP	IF	RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro contábil antes dos impostos	311.497	280.188	519.817	463.995
À alíquota fiscal de 34% (2010: 34%)	105.909	95.264	176.738	157.758
Ajustes relativos ao imposto de renda e contribuição				
social correntes do exercício anterior				
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	3.721	2.867	6.653	4.097
Exclusões permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	(48.443)	(49.260)	-	-
Juros sobre capital próprio	(14.110)	(11.809)	(28.027)	(23.464)
Incentivo à tecnologia	(3.305)	(3.781)	(10.719)	(14.951)
Fundopem	-	-	-	(3.999)
Deduções	(2.406)	(2.603)	(5.510)	(5.273)
Outros itens	982	17	345	(1.539)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	42.348	30.695	139.480	112.629
Alíquota efetiva	13,6%		26,8%	
Allquota eletiva	13,0%	11,0%	20,070	24,3%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 20. Impostos sobre o lucro--Continuação

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

	Controladora		Consolidado		
	BRG	AAP	IFR	S	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011 31/12/20		
Prejuízos fiscais a compensar	-	-	24.904	16.963	
Provisão para comissões e fretes	2.604	2.628	4.945	3.619	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.416	4.898	4.958	5.683	
Provisão para garantias	5.742	3.893	6.855	5.361	
Provisão para mercadoria a entregar	-	1.044	901	3.218	
Provisão estoques obsoletos	118	722	537	1.801	
Operações de derivativos	215	-	1.424	361	
Provisão participação nos resultados	6.584	6.848	13.748	13.657	
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(505)	(759)	2.817	2.438	
Provisão para litígios	1.648	2.244	4.230	4.933	
Provisão desvinculo de funcionários	1.074	1.144	1.708	1.779	
Provisões diversas e outros	1.569	2.116	6.653	7.982	
Randonprev avaliação atuarial	(681)	(747)	(1.711)	(1.772)	
Depreciação acelerada incentivada	(3.546)	(2.266)	(6.487)	(5.946)	
Valor justo ativo imobilizado	(32.548)	(33.319)	(78.578)	(83.809)	
Reavaliação a realizar	(3.128)	(3.161)	(3.482)	(3.161)	
Passivo fiscal diferido, líquido	(17.438)	(14.715)	(16.578)	(26.893)	
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:					
Ativo fiscal diferido	24.354	26.842	74.721	70.044	
Passivo fiscal diferido	(41.792)	(41.557)	(91.299)	(96.937)	
Passivo fiscal diferido, líquido	(17.438)	(14.715)	(16.578)	(26.893)	

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$ 61.409 (R\$ 38.926 em 31 de dezembro de 2010), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros da empresa em que foi gerado, sem prazo de prescrição. O registro e a manutenção do imposto e da contribuição social diferidos ativos estão suportados por estudo elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, que garantam a realização dos créditos de impostos dentro de um período estimado de dez anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Direitos e obrigações por recursos de consorciados

Refere-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcio Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferido para a administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de 31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, estes recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo.

# 22. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Contro	oladora	Conso	lidado
	BRGAAP		IFRS	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta de vendas	2.328.448	2.038.899	5.304.251	4.707.701
Devolução de vendas	(39.193)	(36.575)	(88.593)	(57.900)
Ajuste a valor presente	(23.527)	(18.131)	(59.723)	(45.377)
Impostos sobre a venda	(414.826)	(364.891)	(999.539)	(885.452)
Receita operacional líquida	1.850.902	1.619.302	4.156.396	3.718.972

### 23. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

-	Contro BRG			olidado RS
<del>-</del>	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(1.467.009)	(1.288.486)	(3.137.503)	(2.812.368)
Despesas com vendas	(145.647)	(113.335)	(351.014)	(271.507)
Despesas administrativas e gerais	(60.653)	(50.166)	(140.740)	(127.754)
Remuneração e participação dos administradores	(10.271)	(9.065)	(21.579)	(19.651)
Outras despesas operacionais	(28.340)	(31.771)	(68.757)	(65.729)
	(1.711.920)	(1.492.823)	(3.719.593)	(3.297.009)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(27.340)	(25.563)	(87.463)	(82.104)
Despesas com pessoal	(261.282)	(230.578)	(699.360)	(605.737)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.217.713)	(1.052.689)	(2.323.722)	(2.138.502)
Fretes	(37.718)	(22.870)	(116.377)	(82.340)
Outras despesas	(167.867)	(161.123)	(492.671)	(388.326)
	(1.711.920)	(1.492.823)	(3.719.593)	(3.297.009)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Despesas com benefícios a funcionários e participação nos lucros

	Controladora		Conso	lidado
	BRG	BRGAAP		RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ordenados e salários	173.217	149.715	507.169	391.901
Custos de previdência social	34.748	28.108	84.822	81.558
Custos relacionados a aposentadoria	1.803	1.553	4.489	3.855
	209.768	179.376	596.480	477.314

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros referente ao exercício de 2011 foi no valor de R\$ 24.760 (R\$ 25.932 em 31 de dezembro de 2010), na controladora e R\$ 57.553 (R\$ 55.461 em 31 de dezembro de 2010),no consolidado.

# 25. Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa na demonstração do resultado durante o exercício financeiro totalizam R\$ 16.201 (R\$ 18.536 em 31 de dezembro de 2010), na controladora e R\$ 52.543 (R\$ 64.787 em 31 de dezembro de 2010), no consolidado.

#### 26. Resultado financeiro

	Contro	oladora	Cons	olidado
	BRG	AAP	IF	RS
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras:				
Variação cambial	37.969	29.319	74.139	54.601
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	61.075	22.955	121.195	64.134
Receitas de operações de swap	-	-	3.732	292
Ganhos com outras operações de derivativos	797	1.250	894	3.411
Rendimentos de contratos de mútuos	402	828	30	-
Ajuste a valor presente	22.854	17.417	50.091	35.737
Outras receitas financeiras	2.910	5.203	8.146	8.309
	126.007	76.972	258.227	166.484
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(43.325)	(28.236)	(80.492)	(54.803)
Juros sobre financiamentos	(38.911)	(22.165)	(71.000)	(57.826)
Despesas de operações de swap	-	-	(3.363)	(2.695)
Perdas com outras operações de derivativos	(1.529)	(397)	(3.061)	(1.833)
Despesas de contratos de mútuos	(2.283)	(6.234)	(2.118)	(5.775)
Ajuste a valor presente	(7.351)	(4.274)	(16.390)	(7.761)
Outras despesas financeiras	(11.411)	(13.731)	(21.765)	(22.024)
	(104.810)	(75.037)	(198.189)	(152.717)
Resultado financeiro	21.197	1.935	60.038	13.767

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

Os riscos da Companhia estão descritos a seguir:

#### Risco de mercado

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

#### Controladora:

				31/12/2011				31/12/2	010	
	Nota	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Mantida até o vencimento	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Mantida até o vencimento	Custo amortizado	Total
Ativos			•							
Caixa e equivalente de caixa Aplicações financeiras de	5	-	-	-	281.516	281.516	-	-	455.003	455.003
liquidez não imediata	6	-	21.577	208.296	-	229.873	-	205.834	-	205.834
Clientes	7	-	-	-	222.601	222.601	-	-	316.084	316.084
Consórcio para revenda		-	-	-	9.241	9.241	-	-	10.105	10.105
Partes Relacionadas		-	-	-	159	159	-	=	20	20
Passivos Empréstimos e financiamentos em			-							
moeda nacional Empréstimos e financiamentos	16	-	-	(754.791)	-	(754.791)	-	-	(715.429)	(715.429)
em moeda estrangeira	16	-	-	(44.559)	(00.070)	(44.559)			(60.258)	(60.258)
Mútuos a pagar Instrumentos financeiros		-	-	-	(29.276)	(29.276)	-	-	(72.564)	(72.564)
Derivativos		(633)	-	-	-	(633)	-	-	-	
	_	(633)	21.577	(591.054)	484.241	(85.869)	=	205.834	(67.039)	138.795

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Consolidado:

The state of the s	usto ortizado Total
Ativos	
Caixa e equivalente de caixa 5 736.191 736.191 1.04 Aplicações financeiras de	9.483 1.049.483
liquidez não imediata 6 - <b>141.747 226.212 - 367.959</b> - 224.023	- 224.023
Clientes 7 616.495 616.495 52	8.716 528.716
	1.739 21.739
Instrumentos financeiros	
Derivativos 197 197 414 -	- 414
Passivos Empréstimos e financiamentos em moeda	
	(1.180.881)
Empréstimos e financiamentos	
	(2.441) (162.441)
	66.546) (66.546)
Instrumentos financeiros	(4.500)
Derivativos (4.187) (4.187) (1.528) -	- (1.528)
(3.990) 141.747 (1.257.476) 1.349.644 229.925 (1.114) 224.023 19	0.070 412.979

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

### Risco de mercado--Continuação

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

#### Controladora:

		Valor o	ontábil	Valo	<sup>·</sup> justo
	Nota	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa Aplicações financeiras de	5	281.516	455.003	281.516	455.003
liquidez não imediata	6	229.873	205.834	230.180	206.631
Clientes	7	222.601	316.084	222.601	316.084
Consórcio para revenda		9.241	10.105	9.241	10.105
Mútuos a receber		159	20	159	20
Passivos					
Empréstimos e financiamentos					
em moeda nacional	16	(754.791)	(715.429)	(754.791)	(715.429)
Empréstimos e financiamentos		,	,	,	,
em moeda estrangeira	16	(44.559)	(60.258)	(44.559)	(60.258)
Mútuos a pagar		(29.276)	(72.564)	(29.276)	(72.564)
Instrumentos financeiros		, ,	,	,	,
derivativos		(633)	-	(633)	-
Total		(85.869)	138.795	(85.562)	139.592

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

# Risco de mercado--Continuação

#### Consolidado:

		Valor contábil			r justo
	Nota	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	5	736.191	1.049.483	736.191	1.049.483
Aplicações financeiras de					
liquidez não imediata	6	367.959	224.023	369.359	224.820
Clientes	7	616.495	528.716	616.495	528.716
Consórcio para revenda		24.823	21.739	24.823	21.739
Instrumentos financeiros					
Derivativos		197	414	197	414
Passivos					
Empréstimos e financiamentos					
em moeda nacional	16	(1.299.159)	(1.180.881)	(1.299.159)	(1.180.881)
Empréstimos e financiamentos		, ,		·	
em moeda estrangeira	16	(184.529)	(162.441)	(184.529)	(162.441)
Mútuos a pagar		(27.865)	(66.546)	(27.865)	(66.546)
Instrumentos financeiros			, ,	•	, ,
Derivativos		(4.187)	(1.528)	(4.187)	(1.528)
Total		229.925	412.979	231.325	413.776

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA e CDI.

#### Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foi considerado três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data base de 31 de dezembro de 2011, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Cenário

Risco de taxa de juros--Continuação

#### Controladora

Operação	Moeda	Cenário Provável (Valor Contábil)	Cenário Possível	Cenário Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS		(10101 0011101111)		
Aplicações financeiras	R\$	58.765	44.073	29.382
	Depreciação	da Taxa em	25,00%	50,00%
			•	,
Referência para Receitas Financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		11,6%	8,7%	5,8%
AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA				
Empréstimos e Financiamentos	R\$	28.161	70.860	113.558
Emprodumos o i mandiamentos	Apreciação o		25,00%	50,00%
Referência para Passivos Financeiros	7 tprooragao t	uu Tuxu OIII	20,0070	00,0070
The second of th		Provável	Possível	Remoto
TJLP		6,0%	7,5%	9,0%
URTJLP		2,0%	2,5%	3,0%
CDI		11,6%	14,5%	17,4%
IPCA		6,5%	8,1%	9,8%
LIBOR Semestral		0,8%	1,0%	1,2%
Variação Cambial		1,88	2,34	2,81
BADLAR		17,2%	21,5%	25,8%
Consolidado		Cenário Provável	Cenário	Cenário
Operação	Moeda	(Valor Contábil)	Possível	Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS		(vaior contabil)	1 0001101	110111010
Aplicações financeiras	R\$	124.570	93.428	62.285
Aplicações financeiras	R\$ Depreciação		93.428 <b>25,00%</b>	62.285 <b>50,00%</b>
	·	da Taxa em	25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeiras	·	da Taxa em	25,00% Possível	50,00% Remoto
Referência para Receitas Financeiras  CDI %	·	da Taxa em	25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeiras  CDI %	·	da Taxa em	25,00% Possível	50,00% Remoto
Referência para Receitas Financeiras  CDI %	Depreciação	Provável 11,6%	25,00% Possível 8,7%	50,00% Remoto 5,8%
Referência para Receitas Financeiras CDI %  AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA  Empréstimos e Financiamentos	Depreciação	Provável 11,6%	25,00% Possível 8,7%	50,00% Remoto 5,8%
Referência para Receitas Financeiras CDI %  AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA  Empréstimos e Financiamentos	Depreciação	Provável 11,6% 53.276 da Taxa em	25,00%  Possível 8,7%  142.036 25,00%	50,00% Remoto 5,8% 230.796 50,00%
Referência para Receitas Financeiras CDI %  AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA  Empréstimos e Financiamentos  Referência para Passivos Financeiros	Depreciação	Provável 11,6% 53.276 da Taxa em Provável	25,00%  Possível 8,7%  142.036 25,00%  Possível	50,00%  Remoto 5,8%  230.796 50,00%  Remoto
Referência para Receitas Financeiras CDI %  AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA  Empréstimos e Financiamentos  Referência para Passivos Financeiros  TJLP	Depreciação	Provável 53.276 da Taxa em  Provável 6,0%	25,00%  Possível 8,7%  142.036 25,00%  Possível 7,5%	50,00%  Remoto 5,8%  230.796 50,00%  Remoto 9,0%
Referência para Receitas Financeiras CDI %  AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA  Empréstimos e Financiamentos  Referência para Passivos Financeiros  TJLP URTJLP	Depreciação	Provável 53.276 da Taxa em  Provável 6,0% 2,0%	25,00%  Possível 8,7%  142.036 25,00%  Possível 7,5% 2,5%	50,00%  Remoto 5,8%  230.796 50,00%  Remoto 9,0% 3,0%
Referência para Receitas Financeiras CDI %  AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA  Empréstimos e Financiamentos  Referência para Passivos Financeiros  TJLP URTJLP CDI	Depreciação	Provável 53.276 da Taxa em  Provável 6,0% 2,0% 11,6%	25,00%  Possível 8,7%  142.036 25,00%  Possível 7,5% 2,5% 14,5%	50,00%  Remoto 5,8%  230.796 50,00%  Remoto 9,0% 3,0% 17,4%
Referência para Receitas Financeiras CDI %  AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA  Empréstimos e Financiamentos  Referência para Passivos Financeiros  TJLP URTJLP CDI IPCA	Depreciação	Provável  53.276 da Taxa em  Provável 6,0% 2,0% 11,6% 6,5%	25,00%  Possível 8,7%  142.036 25,00%  Possível 7,5% 2,5% 14,5% 8,1%	50,00%  Remoto 5,8%  230.796 50,00%  Remoto 9,0% 3,0% 17,4% 9,8%
Referência para Receitas Financeiras CDI %  AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA  Empréstimos e Financiamentos  Referência para Passivos Financeiros  TJLP URTJLP CDI	Depreciação	Provável 53.276 da Taxa em  Provável 6,0% 2,0% 11,6%	25,00%  Possível 8,7%  142.036 25,00%  Possível 7,5% 2,5% 14,5%	50,00%  Remoto 5,8%  230.796 50,00%  Remoto 9,0% 3,0% 17,4%
Referência para Receitas Financeiras CDI %  AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA  Empréstimos e Financiamentos  Referência para Passivos Financeiros  TJLP URTJLP CDI IPCA	Depreciação	Provável  53.276 da Taxa em  Provável 6,0% 2,0% 11,6% 6,5%	25,00%  Possível 8,7%  142.036 25,00%  Possível 7,5% 2,5% 14,5% 8,1%	50,00%  Remoto 5,8%  230.796 50,00%  Remoto 9,0% 3,0% 17,4% 9,8%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentou variação positiva de 12,58% (4,31% negativo em 2010). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior, líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (hedge).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil						
	Contro	ladora	Consc	lidado			
	BRG	AAP	IFRS				
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010			
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	36.787	50.723	97.225	96.352			
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	23.755	36.165	98.373	97.492			
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(337)	-	(2.127)	(668)			
D. Superavit (Déficit) apurado (A-B+C)	12.695	14.558	(3.275)	(1.808)			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio--Continuação

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

	_	Controladora				
		Cenário		_		
<u>Operação</u>	Risco	provável	Cenário A	Cenário B		
Taxa	Alta do US\$	1,88	2,35	2,82		
Superávit apurado		23.867	29.833	35.800		
Taxa	Baixa do US\$	1,88	1,41	0,94		
Superávit apurado		23.867	17.900	11.933		
			Consolidado			
	-	Cenário				
Operação	Risco	provável	Cenário A	Cenário B		
Taxa	Alta do US\$	1,88	2,35	2,82		
Superávit apurado		(6.157)	(7.696)	(9.236)		
Taxa	Baixa do US\$	1,88	1,41	0,94		
Tuxu	Βαίλα αυ Ουφ	1,00	1,1	0,5-		

#### Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de estrutura de capital--Continuação

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.

#### Controladora

Controladora			
	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	17	799.350	775.687
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(281.516)	(455.003)
<ul><li>(-) Aplicações de liquidez não imediata</li></ul>	7	(229.873)	(205.834)
Dívida líquida		287.961	114.850
Patrimônio		1.354.272	1.172.045
Capital Social e dívida líquida		1.642.233	1.286.895
Quociente de alavancagem		17,5%	8,9%

#### Consolidado

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	17	1.483.688	1.343.322
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(736.191)	(1.049.483)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	7	(367.959)	(224.023)
Dívida líquida		379.538	69.816
Patrimônio		1.354.272	1.172.045
Capital Social e dívida líquida		1.733.810	1.241.861
Quociente de alavancagem		21,9%	5,6%

#### Garantias

A Companhia não tem ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

#### Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contava com aproximadamente 10 clientes (11 clientes em 31 de dezembro de 2010) que deviam à Companhia mais de R\$ 9.000 cada e eram responsáveis por aproximadamente 33,2% (34,5% em 31 de dezembro de 2010) de todos os recebíveis devidos. Em 31 de dezembro de 2011, 8 clientes (8 clientes em 31 de dezembro de 2010) apresentavam saldos superiores a R\$ 10.000. sendo responsáveis por mais de 30,2% (29,5% em 31 de dezembro de 2010) dos valores a receber. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2011 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	47.070	426.979	915.765	93.874	1.483.688
Fornecedores	185.111	4.023	-	-	189.134
Derivativos financeiros	1.050	3.137	-	-	4.187
	233.231	434.139	915.765	93.874	1.677.009

#### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foram substancialmente de operações com NDFs (*Non Deliverable Forward*) visando a proteção (hedge) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

A partir de 2010, algumas operações de NDFs foram documentadas para fins de registro através da metodologia de contabilidade de hedge ("hedge accounting"), em conformidade com o CPC 38, aprovado pela Deliberação CVM nº. 604/09. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. A Companhia registra em conta especifica do patrimônio líquido os efeitos não realizados destes instrumentos contratados.

A operação de *swap* cambial refere-se à operação de troca de indexadores, sobre um valor nocional, onde a Companhia na ponta ativa recebe a variação cambial entre um período de início de contrato até o vencimento, pagando na ponta passiva a variação da CDI descontado de deságio pré-fixado para cada vencimento.

Apresentamos no quadro abaixo as posições da Companhia e suas controladas verificadas em 31 de dezembro de 2011, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

#### Controladora

	Valo Refer		Valo Refer		_		Valor de	Custo -	Efeito Acı	ımulado	Efeito Acu	mulado
	Notiona milhar US	es de	Notiona milhare		Valor Ju milhares (crédito)	de R\$ -		ares de édito) / oito	em 201 milhares (crédito)	de R\$	em 2010 milhares (crédito) /	de R\$
Descrição /		•		· · · · · ·	(				Valor	Valor	Valor	Valor
Contraparte	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	Recebido	Pago	recebido	pago
NDF	9.500	-	17.821	-	(633)	-	(633)	-	16	(172)	-	-
Total	9.500	-	17.821	-	(633)	-	(633)	-	16	(172)	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

#### Consolidado

		r de ência		or de rência			Valor de	Custo –	Efeito Ac	umulado	Efeito Acun	nulado em
	milha	al – em res de S\$	es de Notional – em				em milhares de R\$ - (crédito) / débito		em 2011- em milhares de R\$ (crédito) / débito		2010 – em milhares de R\$ (crédito) / débito	
Descrição /									Valor	Valor	Valor	Valor
Contraparte	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	Recebido	Pago	recebido	pago
NDF	36.500	6.000	63.506	9.997	(4.187)	414	(4.187)	414	1.113	(334)	776	(61)
SWAP	7.062	8.223	13.247	14.954	197	(1.528)	197	(1.528)	-	(1.355)	-	(874)
Total	43.562	14.223	76.753	24.951	(3.990)	(1.114)	(3.990)	(1.114)	1.113	(1.689)	776	(935)

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

#### Controladora

		Valor justo		
Descrição	Moeda	31/12/2011	Moeda	31/12/2011
NDF - hedge accounting				
Banco Santander	USD	2.500	R\$	(73)
Banco Itaú BBA	USD	7.000	R\$	(Seo)
Total	USD	9.500	R\$	(633)

#### Consolidado

Valor de referência								
		(Notional)	1		Valor justo			
Descrição	Moeda	31/12/2011	31/12/2010	Moeda	31/12/2011	31/12/2010		
NDF – hedge accounting						_		
Banco do Brasil	USD	4.000	4.500	R\$	(575)	312		
HSBC	USD	8.700	1.000	R\$	(1.028)	67		
Banco Itaú BBA	USD	8.000	500	R\$	(803)	35		
Banco Santander	USD	10.900	-	R\$	(1.379)	-		
Banco Votorantin	USD	4.900	-	R\$	(402)	-		
Swap								
Banco do Brasil	USD	7.062	8.223	R\$	197	(1.528)		
Total	USD	43.562	14.223	R\$	(3.990)	(1.114)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares.

#### Controladora

		31/12/2011	
		De 31 a 180	_
Descrição	Até 30 dias	dias	Total líquido
NDF	2.000	7.500	9.500
Total	2.000	7.500	9.500

#### Consolidado

		31/12/2011								
		De 31 a 180	De 181 a 365	Acima de 365						
Descrição	Até 30 dias	dias	dias	dias	Total líquido	Total líquido				
NDF	2.700	17.200	11.700	-	36.500	6.000				
Swap	97	484	580	5.901	7.062	8.223				
Total	2.797	17.684	12.280	5.901	43.562	14.223				

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, agrupados pelas principais categorias de riscos:

		Ganf	is no	Ganhos e Perdas			
		Alocado na Receita Bruta em		Alocado no Resultado Financeiro em		registradas no Patrimônio Líquido*	
Descrição	Moeda	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Operações de Proteção Cambial Contratos NDF (Non Deliverable							
Forwards)	R\$	1.062	-	(2.167)	1.578	(3.555)	414
Swap	R\$	-	-	369	(2.403)	-	-
Total	R\$	1.062	-	(1.798)	(825)	(3.555)	414

<sup>\*</sup> Valor sem os efeitos dos impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Controladora				
<u>Operação</u>	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B		
Non Deliverable Forward – NDF	Alta do US\$	(633)	(5.108)	(9.583)		
			Consolidado			
	_	Cenário				
Operação	Risco	provável	Cenário A	Cenário B		
Non Deliverable Forward – NDF				(296)		

# 28. Compromissos

#### Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

A Companhia contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. As renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

Dentro de um ano
Menos valor que representam encargos financeiros
Valor presente de pagamentos de arrendamentos
mínimo

Consolidado			
IFRS			
31/12/2010			
173			
(66)			
107			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 28. Compromissos

#### Garantias

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas à empresas:

		Contro	oladora	Conso	lidado
		BRG	SAAP	IFI	RS
	Tipo de garantia	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Master Sistemas					
Automotivos Ltda.	Avais e fianças	7.626	14.364	7.626	14.364
Jost Brasil Sistemas	•				
Automotivos Ltda.	Avais	1.513	2.600	1.513	2.600
Fras-le S.A.	Avais e fianças	29.293	48.722	29.293	48.722
Randon Argentina S.A.	Fianças	23.549	16.432	23.549	16.432
Castertech Fundição e	-				
Tecnologia Ltda.	Aval	82.575	90.916	82.575	90.916
Ğ	Avais, fianças e				
Suspensys Sistemas	propriedade				
Automotivos Ltda.	fiduciária	51.775	59.802	51.775	59.802
Banco Randon S.A.	Aval	52.521	2.135	52.521	2.135
Tatal		249.052	004.074	240.052	004.074
Total		248.852	234.971	248.852	234.971

# 29. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações.

Os segmentos de negócios apresentados foram apurados na consolidação das informações das seguintes Empresas Randon:

Segmento de veículos e implementos: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios de 2011 e 2010 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações, Randon Implementos para o Transporte Ltda., Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda., Randon Argentina S.A., Randon Middle East, Randon Automotive Ltda. e Randon Maghreb S.A.R.L., sendo os principais produtos incluídos neste segmento os seguintes: reboques, semi-reboques, vagões ferroviários, caminhões fora-de-estrada, retroescavadeiras e outros implementos rodoviários e veículos especiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 29. Informações por segmento--Continuação

Segmento de autopeças: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios de 2011 e 2010 das empresas Fras-le S.A., Suspensys Sistemas Automotivos Ltda., Master Sistemas Automotivos Ltda., Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda., sendo os principais produtos deste segmento os seguintes: materiais de fricção, vigas de eixos, componentes de suspensão, freios a ar e sistemas de acoplamento e articulações para caminhões.

<u>Segmento de serviços</u>: refere-se ao resultado das empresas Randon Administradora de Consórcios Ltda., decorrente de operações de administração de grupos de consórcios para aquisição de bens duráveis, e Randon Investimentos Ltda., que se caracteriza como holding financeira cujo objetivo é deter participação societária no Banco Randon S/A.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos das Empresas (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 29. Informações por segmento--Continuação

#### a) Informações por segmentos de negócios

	Veículos e Ir	nplementos	Autop	eças	Serv	iços	Ajustes e e	liminações	Total con	solidado
_	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita líquida para terceiros	2.066.834	1.877.103	2.027.755	1.790.569	61.807	51.300	-	-	4.156.396	3.718.972
Receita líquida intersegmentos (1)	350.828	313.775	496.247	377.645	-	-	(847.075)	(691.420)	-	-
Receita líquida	2.417.662	2.190.878	2.524.002	2.168.214	61.807	51.300	(847.075)	(691.420)	4.156.396	3.718.972
Custo dos produtos vendidos e										
dos serviços prestados	(1.931.401)	(1.751.750)	(2.025.230)	(1.730.544)	-	-	819.128	669.926	(3.137.503)	(2.812.368)
Lucro bruto	486.261	439.128	498.772	437.670	61.807	51.300	(27.947)	(21.494)	1.018.893	906.604
Despesas operacionais	(143.804)	(95.629)	(195.133)	(154.119)	(50.569)	(40.338)	(169.608)	(166.290)	(559.114)	(456.376)
Resultado financeiro líquido	21.453	(970)	39.964	14.363	(333)	603	(1.046)	(229)	60.038	13.767
Lucro do segmento (antes							•			
dos impostos sobre o lucro) (2)	363.910	342.529	343.603	297.914	10.905	11.565	(198.601)	(188.013)	519.817	463.995
								•		
Ativos operacionais (3)	1.256.871	1.362.267	1.176.061	999.184	98.990	43.206	(50.285)	(107.676)	2.481.637	2.296.981
Passivos operacionais (4)	1.019.300	1.104.888	823.891	694.677	36.802	4.009	(29.224)	(103.979)	1.850.769	1.699.595
								(=		
Ativo não circulante (5)	613.514	531.051	689.698	625.000	3.115	3.398	(741)	(741)	1.305.586	1.158.708

Ativo não circulante corresponde a imobilizado e intangível.

- 1) Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.
- 2) O lucro referente a cada segmento operacional.
- 3) Os ativos dos segmentos não incluem despesas antecipadas (R\$ 3.190), direitos por recursos de consórcios (R\$ 56.349), cotas de consórcio (R\$ 24.823), depósitos judiciais (R\$ 9.656), ativos biológicos (R\$ 6.862) e outras contas (R\$ 46.339).
- 4) Os passivos dos segmentos não incluem impostos diferidos (R\$ 16.578), dividendos (R\$ 30.378), Juros sobre capital próprio (R\$ 42.072), participação dos empregados e dos administradores (R\$ 47.761), obrigações por recursos de consorciados (R\$ 56.349), partes relacionadas (R\$ 27.865), provisão para litígio (R\$ 12.443) e outras contas (R\$ 70.964).
- 5) Ativo não circulante composto por ativo imobilizado e ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 29. Informações por segmento--Continuação

### b) Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Região:										
Mercado nacional	2.118.896	1.967.855	2.259.696	1.914.312	61.807	51.300	(823.624)	(675.026)	3.616.775	3.258.441
Mercosul e Chile	223.545	149.659	67.223	55.622	-	-	`(23.451)	(16.394)	267.317	188.887
Nafta	54	11	139.239	130.750	-	-	` -		139.293	130.761
Europa	419	195	12.195	23.171	-	-	-	-	12.614	23.366
África	47.929	60.498	5.589	5.106	-	-	-	-	53.518	65.604
América Central e outros										
países da América do Sul	22.311	10.696	12.546	10.347	-	-	-	-	34.857	21.043
Oriente Médio	69	1.245	11.767	12.522	-	_	-	-	11.836	13.767
Ásia	-	-	1.945	4.176	-	-	-	-	1.945	4.176
Oceania	-	_	1.628	1.478	-	_	_	-	1.628	1.478
Outros	4.439	719	12.174	10.730	-	-	-	-	16.613	11.449
Total	2.417.662	2.190.878	2.524.002	2.168.214	61.807	51.300	(847.075)	(691.420)	4.156.396	3.718.972

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

A receita líquida referente a um dos clientes totalizou R\$ 482.244 (R\$ 398.744 em 31 de dezembro de 2010), resultante de vendas feitas pelo segmento de autopeças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguros são:

		Controladora			
			limites de ização		
	Risco coberto	31/12/2011	31/12/2010		
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	347.306	295.049		
Veículos	Casco	12.193	10.274		
Aeronaves	RETA, responsabilidade civil e casco	21.557	18.661		
Crédito de exportação	Comerciais e políticos	13.088	11.781		
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	33.139	45.923		
Acidentes pessoais	Danos pessoais	41.048	39.521		
		468.331	421.209		

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.